

BALANÇO				
			(euros)	
SNC	ATIVO	NOTAS	31-dez-2015	31-dez-2014
			Ativo Líquido	Ativo Líquido
	Ativo não corrente			
43	Ativos fixos tangíveis	6.1 d)	10.224.192,84	9.739.981,63
42	Propriedades de investimento	7.2 b)	4.845,22	4.230,22
44	Ativos fixos intangíveis	7.1 d)	47.222,25	19.401,77
4111+4121+4131	Participações financeiras - método equivalência patrimonial	5 e 8.1	0,00	0,00
41	Participações financeiras - outros métodos	7.3 b)	1.788,96	1.116,98
	TOTAL DO ATIVO NÃO CORRENTE		10.278.049,27	9.764.730,60
	Ativo corrente			
32 a 36	Inventários	9	333.538,42	348.886,87
21	Clientes	11.2 a)	451.095,85	428.599,59
228	Adiantamentos a fornecedores	11.2 a)	3.873,34	3.356,82
24	Estado e outros entes públicos	11.2 b)	53.058,10	54.185,79
26	Fundadores, Patrocinadores (doadores, associados e membros)	11.2 a)	0,00	0,00
23+27	Outras contas a receber	11.2 a)	756.858,30	725.912,97
28	Diferimentos	11.2 c)	162.107,14	88.384,54
14	Outros ativos financeiros	11.2 d)	786.461,29	61.898,98
11 a 13	Caixa e depósitos bancários	4.2	7.677.113,92	8.856.741,45
	TOTAL DO ATIVO CORRENTE		10.224.106,36	10.567.967,01
	TOTAL DO ATIVO		20.502.155,63	20.332.697,61
SNC				
	FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
	FUNDOS PATRIMONIAIS			
551	Reservas legais	11.2 e)	527.656,06	524.888,34
552 a 558	Outras reservas	11.2 e)	2.588.152,40	2.535.565,75
56	Resultados transitados	11.2 e)	15.729.173,27	15.439.203,15
57	Ajustamentos em ativos financeiros	11.2 e)	86.745,81	86.745,81
58	Excedentes de revalorização		0,00	0,00
59	Outras variações nos fundos patrimoniais	11.2 e)	24.231,67	28.630,00
	Sub-total		18.955.959,21	18.615.033,05
81	Resultado líquido do exercício		145.536,22	340.304,71
	TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL		19.101.495,43	18.955.337,76
	PASSIVO			
	Passivo não corrente			
29	Provisões	8.1	106.460,13	59.119,43
	TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE		106.460,13	59.119,43
	Passivo corrente			
22+27	Fornecedores	11.2 a)	397.045,33	343.048,36
218	Adiantamentos de clientes		293,12	120,00
24	Estado e outros entes públicos	11.2 b)	141.927,96	118.679,73
26	Fundadores, Patrocinadores (doadores, associados e membros)	11.2 a)	8.196,05	10.078,15
23+27	Outras contas a pagar	11.2 a)	650.747,14	641.557,21
28	Diferimentos	11.2 c)	95.990,47	204.756,97
	TOTAL DO PASSIVO CORRENTE		1.294.200,07	1.318.240,42
	TOTAL DO PASSIVO		1.400.660,20	1.377.359,85
	TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		20.502.155,63	20.332.697,61

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS				
(euros)				
SNC	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS		
			31-12-2015	31-12-2014
71+72	Vendas e Serviços Prestados	10.2	5.962.473,27	5.988.798,54
75	Subsídios à exploração	10.5	111.483,21	56.279,04
	Sub-Total		6.073.956,48	6.045.077,58
78/68	Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias e empreendimentos conjuntos	8.1 e 13.3	9,63	-5.263,72
	Sub-Total		6.073.966,11	6.039.813,86
61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9.3	-13.485,76	-14.685,18
62	Fornecimentos e serviços externos	13.1	-3.308.136,24	-3.097.509,86
63	Gastos com pessoal	13.2	-2.138.338,56	-2.057.376,14
	Sub-Total		-5.459.960,56	-5.169.571,18
65	Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
65	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.1	729,76	-13.710,23
67	Provisões (aumentos/reduções)	8.1	-47.340,70	-59.119,43
77/66	Aumentos/reduções do justo valor	10.6	4.596,04	2.076,60
78	Outros rendimentos e ganhos	10.3	45.673,05	129.923,80
68	Outros gastos e perdas	13.3	-185.809,64	-347.849,08
	Resultado antes de depreciações, gastos/rendimentos de financiamento e impostos		431.854,06	581.564,34
64/76	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6.1 e 7.1	-412.166,89	-425.142,06
65	Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
	Resultado operacional (antes de gastos/rendimentos de financiamento e impostos)		19.687,17	156.422,28
79	Juros e rendimentos similares	10.4	126.493,95	183.961,99
69	Juros e gastos similares	13.4	-644,90	-79,56
	Resultados antes de impostos	13.6	145.536,22	340.304,71
	Imposto sobre o rendimento do exercício		0,00	0,00
81	Resultado líquido do período		145.536,22	340.304,71

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Montantes em euros

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2015	2014
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>		
Recebimentos de clientes	6.064.874,23	6.005.393,25
Pagamentos a fornecedores	-3.521.366,56	-2.891.272,81
Pagamentos ao pessoal	-2.127.541,99	-2.056.677,85
Caixa gerada pelas operações	415.965,68	1.057.442,59
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	27.926,27	52.993,30
Outros recebimentos/pagamentos	-210.387,43	-397.058,11
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	233.504,52	713.377,78
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-771.536,61	-678.821,68
Ativos intangíveis	-42.847,69	-4.470,75
Investimentos financeiros	-719,03	-1,52
Outros ativos	-615,00	-1.330,22
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	725,12	628,85
Outros ativos		
Subsídio ao investimento		
Juros e rendimentos similares	126.493,95	183.961,99
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-688.499,26	-500.033,33
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	3.312,62	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	-70,48	-79,56
Redução de fundos		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	3.242,14	-79,56
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-451.752,60	213.264,89
Caixa e seus equivalentes no início do período	8.918.640,43	8.705.375,54
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8.466.887,83	8.918.640,43

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Descrição	Notas	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014 (1)		3.060.454,09	14.883.883,14	86.745,81	28.630,00	565.104,99	18.624.818,03
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11.2 f)		555.320,01			-565.104,99	-9.784,98
SUB-TOTAL (2)			555.320,01			-565.104,99	-9.784,98
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)						340.304,71	340.304,71
RESULTADO EXTENSIVO (4=2+3)						-224.800,28	330.519,73
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Outras operações							
SUB-TOTAL (5)							
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014 (6=1+2+3+5)		3.060.454,09	15.439.203,15	86.745,81	28.630,00	340.304,71	18.955.337,76

Descrição	Notas	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015 (7)		3.060.454,09	15.439.203,15	86.745,81	28.630,00	565.104,99	18.955.337,76
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11.2 f)	55.354,37	289.970,12		-4.398,33	-340.304,71	621,45
SUB-TOTAL (8)		55.354,37	289.970,12		-4.398,33	-340.304,71	621,45
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (9)						145.536,22	145.536,22
RESULTADO EXTENSIVO (10=8+9)						-194.768,49	146.157,67
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Outras operações							
SUB-TOTAL (11)							
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015 (12=7+8+9+11)		3.115.808,46	15.729.173,27	86.745,81	24.231,67	145.536,22	19.101.495,43

ORDEM DOS ENGENHEIROS

CONTRIBUINTE Nº 500 839 166

AVENIDA ANTÓNIO AUGUSTO DE AGUIAR, Nº 3

LISBOA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 - Designação da entidade: ORDEM DOS ENGENHEIROS

1.2 - Sede: Avenida António Augusto de Aguiar, nº 3 D - Lisboa

1.3 - Natureza da atividade:

A ORDEM DOS ENGENHEIROS é uma associação pública profissional representativa dos profissionais que exercem a profissão de engenheiro (nº 1, do artº 1º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros);

A ORDEM DOS ENGENHEIROS é independente dos órgãos do Estado e goza de autonomia administrativa, financeira, científica e disciplinar (nº 2, do artº 1º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros);

A ORDEM DOS ENGENHEIROS tem como objeto fundamental contribuir para o progresso da engenharia, estimulando os esforços dos seus associados nos domínios científico, profissional e social, bem como o cumprimento das regras de ética profissional (nº 1, do artº 4º do citado estatuto).

A Ordem tem a sua sede na Avenida António Augusto de Aguiar, nº 3 D, em Lisboa onde estão sediados os Serviços Centrais - Conselho Diretivo Nacional - e Regiões em Lisboa (Sul), Coimbra (Centro), Porto (Norte), Madeira e Açores, as quais tem autonomia administrativa e financeira.

As presentes demonstrações financeiras respeitam à conta global da Ordem dos Engenheiros e foram elaboradas a partir das contas individuais do Conselho Diretivo Nacional e de cada uma das Regiões Sul (Lisboa), Centro (Coimbra), Norte (Porto), Madeira e Açores. Nas contas do Conselho Diretivo Nacional, que integraram esta consolidação, está incluída uma participação na subsidiária INGENIUM – Edições, Lda. contabilizada pelo método de equivalência patrimonial.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Referencial contabilístico adotado

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas com base nas contas individuais do Conselho Diretivo Nacional e das respetivas Regiões da Ordem dos Engenheiros, com as necessárias adaptações, nomeadamente, foram compatibilizados alguns saldos constantes das contas individuais de modo a tornar consistentes estas demonstrações e foram expurgados os saldos das contas que registavam as relações entre o Conselho Diretivo Nacional e as referidas Regiões.

Não procedemos a qualquer alteração dos normativos que nortearam a elaboração das demonstrações financeiras individuais, todavia referimos que estas últimas foram objeto de certificação por auditores independentes pelo que poderemos referir que os normativos aplicados nas contas individuais, se aplicam “*mutatis mutandis*” às presentes demonstrações financeiras, pelo que estas devem ser lidas à luz do referencial contabilístico seguido nas contas individuais do Conselho Diretivo Nacional e em cada uma das Regiões.

Pelo que genericamente podemos referir, que as demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, que instituiu o Regime de Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL) e Normas Interpretativas (NI) consignadas, nos Aviso n.º 6726-B/2011, de 10 de Março de 2011.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Na elaboração das presentes demonstrações não foram derogadas quaisquer disposições.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2015 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2014.

3 - PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Conselho Diretivo Nacional e das Regiões da Ordem dos Engenheiros, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

3.2 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (*data de transição para NCRF*), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e taxas de depreciação usadas foram as constantes do Decreto Regulamentar nº 25/2009.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções	50 anos
Obras e melhorias	10 anos
Equipamento básico	4/8 anos
Equipamento de transporte (veículos ligeiros)	4 anos
Equipamento administrativo	3/8 anos

Os bens de reduzido valor são amortizados no próprio exercício.

As despesas de conservação e reparação, que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “outros rendimentos e ganhos” ou “outros gastos e perdas”.

3.3 - Imparidade de ativos

À data do balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, deve ser reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “perdas por imparidade”.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de “reversões de perdas por imparidade”, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.4 - Investimentos em subsidiárias e consolidação

As principais políticas contabilísticas resumem-se como segue:

Subsidiárias

A aquisição de subsidiárias foi registada pelo método da compra.

As participações financeiras são inicialmente reconhecidas ao custo e consolidadas pelo Método de Equivalência Patrimonial.

3.5 - Inventários

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Mercadorias

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

3.6 - Rédito

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Ordem dos Engenheiros e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

3.7 - Impostos sobre o rendimento

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta do imposto corrente.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Ordem dos Engenheiros de acordo com as regras fiscais em vigor, o qual só pode ser calculado com fiabilidade após comunicação dos rendimentos tributáveis pelas Regiões para determinação do rendimento global.

3.8 - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

A maioria das vendas é realizada em condições normais de crédito e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Ordem dos Engenheiros tem em consideração informação de mercado que demonstre que o

cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

b) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

c) Empréstimos

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

d) Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “outras contas a receber e a pagar” e “diferimentos”.

e) Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica de “financiamentos obtidos”.

3.9 - Benefícios dos empregados

A Ordem dos Engenheiros atribui os seguintes benefícios aos empregados:

Retribuições eventuais por trabalho extraordinário, complemento de doença e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Diretivo Nacional, ausências permitidas a curto prazo e seguros de saúde.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o atrás referido.

3.10 - Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho Diretivo Nacional baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

b) Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

3.11 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Ordem dos Engenheiros.

4 - FLUXOS DE CAIXA

4.1 - Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem quaisquer restrições ao uso dos valores em caixa e depósitos à ordem

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Descrição	31-12-2015	30-12-2014
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	22.524,01	18.830,07
Depósitos à ordem	504.512,68	649.426,16
Outros depósitos bancários	7.150.077,23	8.188.485,22
Total	7.677.113,92	8.856.741,45

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Ordem dos Engenheiros.

5 - PARTES RELACIONADAS

5.1 - Relacionamentos com subsidiárias

As entidades relacionam-se do seguinte modo:

ENTIDADE MÃE
Ordem dos Engenheiros



EMPRESA SUBSIDIÁRIA DA ORDEM DOS ENGENHEIROS
Ingenium – Edições, Lda.

5.2 - Remunerações do pessoal

A gestão da Ordem dos Engenheiros é exercida pelo bastonário, pelos dois vice-presidentes nacionais e pelos presidentes e secretários dos conselhos diretivos das regiões, os quais não auferem quaisquer remuneração pelo desempenho dos respetivos cargos.

5.3 - Transações entre partes relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Ordem dos Engenheiros detinha os seguintes participações em subsidiárias:

Subsidiárias	Sede	% Participação	
		31-12-2015	31-12-2014
INGENIUM – EDIÇÕES, LDA	LISBOA	90%	90%

No decurso dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos e as transações efetuadas com partes relacionadas são as referidas nos quadros abaixo:

	31-12-2015									
	Inventários		Ativos fixos		Contas a pagar	Contas a receber	Serviços		Juros	
	Compras	Vendas	Compras	Vendas			Obtidos	Prestados	Gastos	Rendim.
<i>Ordem dos Engenheiros</i>										
Ingenium – Edições, Lda.	8.040,00				28.497,02	131.500,00	85.796,00			
Total	8.040,00				28.497,02	131.500,00	85.796,00			

	31-12-2014									
	Inventários		Ativos fixos		Contas a pagar	Contas a receber	Serviços		Juros	
	Compras	Vendas	Compras	Vendas			Obtidos	Prestados	Gastos	Rendim.
<i>Ordem dos Engenheiros</i>										
Ingenium – Edições, Lda.	7.681,77				11.998,69	70.000,00	109.997,21			
Total	7.681,77				11.998,69	70.000,00	109.997,21			

6 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

6.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registrados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta.

c) As vidas úteis foram determinadas de acordo com expectativa da afetação do desempenho.

d) A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, estão demonstradas no quadro seguinte.

Descrição	31-12-2014	Adições	Abates	Transferências	31-12-2015
Terrenos e Recursos Naturais	1.149.658,85	181.368,04	0,00	14.313,31	1.345.340,20
Edifícios e Outras Construções	10.491.285,45	567.717,28	0,00	-95.104,83	10.963.897,90
Equipamento Básico	334.961,56	14.399,34	-11.652,70	-4.682,43	333.025,77
Equipamento de Transporte	134.500,00	0,00	0,00	0,00	134.500,00
Equipamento Administrativo	1.683.572,24	90.868,72	0,00	-11.392,80	1.763.048,16
Outros Ativos tangíveis	135.069,22	7.824,37	-3.054,15	-5.409,68	134.429,76
Investimentos em Curso - Ativos Tangíveis	209.076,78	272.637,30	0,00	-213.106,92	268.607,16
Total Ativo Tangível Bruto	14.138.124,10	1.134.815,05	-14.706,85	-315.383,35	14.942.848,95
Depreciação Acumulada					
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	2.552.348,31	258.816,78	0,00	-26.292,58	2.784.872,51
Equipamento Básico	200.333,22	40.244,79	-11.652,70	-4.682,43	224.242,88
Equipamento de Transporte	134.500,00	0,00	0,00	0,00	134.500,00
Equipamento Administrativo	1.417.045,30	89.150,17	11.575,14	-34.490,87	1.483.279,74
Outros Ativos tangíveis	93.915,64	8.927,94	-3.054,15	-8.028,45	91.760,98
Total Depreciação Acumulada	4.398.142,47	397.139,68	-3.131,71	-73.494,33	4.718.656,11
Compensação de imobilizado CDN / R. SUL	0,00				0,00
Depreciação Acumulada	4.398.142,47	397.139,68	-3.131,71	-73.494,33	4.718.656,11
Ativo Tangível Líquido	9.739.981,63	737.675,37	-11.575,14	-241.889,02	10.224.192,84

7 - ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

7.1 - Divulgações sobre ativos fixos intangíveis:

a) Os ativos fixos intangíveis adquiridos encontram-se registrados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta.

c) As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

d) A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, estão demonstradas no quadro seguinte.

Descrição	31-12-2014	Adições	31-12-2015
Programas de Computador	66.151,59	9.746,77	75.898,36
Outros ativos intangíveis	100.248,42	3.360,00	103.608,42
Investimentos em Curso - Ativos Intangíveis	0,00	29.740,92	29.740,92
Ativo Intangível Bruto	166.400,01	42.847,69	209.247,70
Amortizações acumuladas	146.998,24	15.027,21	162.025,45
Depreciação Acumulada	146.998,24	15.027,21	162.025,45
Ativo Intangível Líquido	19.401,77	27.820,48	47.222,25

7.2 - Divulgações sobre propriedades de investimento

a) As propriedades de investimentos respeitam as obras de arte não depreciáveis encontram-se registrados ao custo de aquisição.

b) A quantia escriturada bruta e a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, mostrando as adições, os abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, estão demonstradas no quadro seguinte.

Descrição	31-12-2014	Adições	31-12-2015
Propriedade de Investimento			
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento	4.230,22	615,00	4.845,22
Valor Bruto	4.230,22	615,00	4.845,22
Amortizações acumuladas	0,00	0,00	0,00
Perdas por imparidade e reversões acumuladas	0,00	0,00	0,00
Depreciação Acumulada	0,00	0,00	0,00
Valor Líquido	4.230,22	615,00	4.845,22

7.3 - Divulgações sobre investimentos financeiros

a) Os investimentos financeiros respeitam a títulos de dívida pública e fundos não depreciáveis e encontram-se registrados ao custo de aquisição.

b) A quantia escriturada bruta e a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, mostrando as adições, os abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, estão demonstradas no quadro seguinte.

Descrição	31-12-2014	Adições	Reduções	31-12-2015
Títulos da Dívida Pública e Fundos	491,98	0,00	-1,52	490,46
Outros Investimentos Financeiros	625,00	673,50	0,00	1.298,50
Valor Bruto	1.116,98	673,50	-1,52	1.788,96
Perdas por Imparidade e Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade Acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Líquido	1.116,98	673,50	-1,52	1.788,96

8 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

8.1 - Nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe:

A entidade incluída na consolidação, sua sede social e proporção de capital detido em 31-12-2015 é a seguinte:

Empresa	Método consolidação	Sede	% Capital	Capital	Ativo	Resultado	Valor contabilístico
INGENIUM- Edições, Lda	MEP	Av. Sidónio Pais, 4 E	90%	5.000,00	67.242,56	-52.600,78	60.518,30
NIPC 504 238 175		Lisboa					
Total Subsidiárias					67.242,56	-52.600,78	60.518,30

Atento os resultados negativos apurados pela participada INGENIUM, em 2015, os capitais próprios ficaram negativos em 118.276,78 euros. Para fazer face a perdas com esta participada procedeu-se à constituição de uma provisão no montante de 47 340,70 €, conforme se detalha:

Descrição	Provisões para participações	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2015	59.119,43	59.119,43
Aumentos	47.340,70	47.340,70
Reversões	0,00	0,00
Utilizações	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2015	106.460,13	106.460,13

Os investimentos em subsidiárias apresentam os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31-12-2015 e 31-12-2014.

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Saldo no início do ano	0,00	5.263,72
Impacto da aplicação do MEP		
Quota-parte no resultado	0,00	-5.263,72
Outros movimentos nos capitais próprios		
Saldo no final do ano	0,00	0,00

8.2 - Nas demonstrações financeiras individuais de uma empresa-mãe que, nos termos legais, esteja dispensada de elaborar contas consolidadas

a) Nos termos do nº 1, do artº 7, do DL 158/2009, de 13 de Julho, Ordem dos Engenheiros encontra-se dispensada da apresentação de contas consolidadas por não ultrapassar os limites nele previsto.

9 - INVENTÁRIOS

9.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Ver Nota 3

9.2 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os inventários da Ordem dos Engenheiros detalham-se conforme segue:

Rubricas	31-12-2015			31-12-2014		
	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	333.538,42	0,00	333.538,42	348.886,87	0,00	348.886,87
Total	333.538,42	0,00	333.538,42	348.886,87	0,00	348.886,87

9.3 - Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período.

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período findo em 31 de dezembro de 2015, detalha-se conforme segue:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	348.886,87	0,00	348.886,87
Compras	20.129,46	0,00	20.129,46
Regularizações	-21.992,15	0,00	-21.992,15
Saldo final	333.538,42	0,00	333.538,42
Gastos no exercício	13.485,76	0,00	13.485,76

10 - RÉDITO

10.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito.

Ver Nota 3

10.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo

O rédito reconhecido no exercício findo a 31 de dezembro de 2015 e 2014 relativo a vendas e prestações de serviços e outros, apresenta a seguinte decomposição:

RUBRICAS	31-12-2015	31-12-2014
Vendas	13.166,67	20.372,42
Quotizações	4.607.208,25	4.558.649,58
Joias	198.735,00	185.182,50
Taxas de reingresso	164.722,50	127.133,50
Formação	262.286,29	334.325,75
Outros serviços prestados aos membros	716.354,56	763.134,79
Total	5.962.473,27	5.988.798,54

10.3 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de outros rendimentos e ganhos e ganhos e perdas em subsidiárias

O rédito reconhecido no exercício findo a 31 de dezembro de 2015 e 2014, apresenta a seguinte decomposição:

RUBRICAS	31-12-2015	31-12-2014
Rendimentos suplementares	7.299,77	31.727,35
Descontos pp obtidos	0,00	373,60
Ganhos em inventários	462,33	1.899,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	176,73	127,77
Rendimentos e ganhos nos ativos não financeiros	1,46	8.971,36
Outros	37.732,76	86.824,72
Total	45.673,05	129.923,80

10.4 - Quantia de rédito reconhecida durante o período relativa a juros de aplicações financeiras

RUBRICAS	31-12-2015	31-12-2014
Juros obtidos	126.493,95	183.961,99
Total	126.493,95	183.961,99

10.5 - Quantia de rédito reconhecida durante o período relativa a subsídios a exploração

Subsídios reconhecidos por Região	Tipo de subsídio	2015	2014
Conselho Diretivo Nacional	IEFP	1.463,21	6.299,04
Região Norte	POCTEP	0,00	0,00
	Valorie-Portugal/Espanha	110.020,00	49.980,00
Total		111.483,21	56.279,04

10.6 - Quantia de rédito reconhecida durante o período relativa a aumentos do justo valor

RUBRICAS	31-12-2015	31-12-2014
Perdas por redução do justo valor em instrumentos financeiros	-218,02	-127,39
Ganhos por aumentos do justo valor	4.814,06	2.203,99
Total	4.596,04	2.076,60

11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

11.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Ver Nota 3

11.2 - Categorias de ativos e passivos financeiros

a) Clientes/Fornecedores/Sócios/Outras contas a receber e a pagar/Pessoal

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de Clientes/Fornecedores/Sócios/Outras contas a receber e a pagar e Pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2015			30-12-2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Ativos						
Clientes	530.682,64		530.682,64	510.014,48		510.014,48
Fornecedores	3.873,34		3.873,34	3.356,82		3.356,82
Pessoal	1.665,41		1.665,41	6.475,22		6.475,22
Fundadores/membros/associados	0,00		0,00	0,00		0,00
Outras contas a receber	755.192,89		755.192,89	719.437,75		719.437,75
Perdas por imparidade - Clientes	-79.586,79		-79.586,79	-81.156,55		-81.156,55
Total do Ativo	1.211.827,49	0,00	1.211.827,49	1.158.127,72	0,00	1.158.127,72
Passivos						
Fornecedores	397.045,33		397.045,33	343.048,36		343.048,36
Pessoal	6.332,00		6.332,00	4.198,30		4.198,30
Fundadores/membros/associados	8.196,05		8.196,05	10.078,15		10.078,15
Outras contas a pagar	644.415,14		644.415,14	637.358,91		637.358,91
Total do Passivo	1.055.988,52	0,00	1.055.988,52	994.683,72	0,00	994.683,72
Total liquido	155.838,97	0,00	155.838,97	163.444,00	0,00	163.444,00

b) Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2015			31-12-2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Estado e outros entes públicos						
Ativos						
Imposto sobre o rendimento	53.037,33		53.037,33	53.703,91		53.703,91
Imposto sobre o valor acrescentado	20,77		20,77	481,88		481,88
Total	53.058,10	.0,00	53.058,10	54.185,79	.0,00	54.185,79
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	19.002,64		19.002,64	0,00		0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	36.105,26		36.105,26	34.535,14		34.535,14
Imposto sobre o valor acrescentado	45.870,89		45.870,89	44.916,96		44.916,96
Contribuições para a segurança social	40.903,43		40.903,43	39.225,99		39.225,99
Outras tributações	45,74		45,74	1,64		1,64
Total	141.927,96	.0,00	141.927,96	118.679,73	.0,00	118.679,73

c) - Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2015			31-12-2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Diferimentos						
Gastos a reconhecer						
Seguros	18.937,88		18.937,88	13.876,60		13.876,60
Rendas a pagar	9.850,80		9.850,80	7.061,50		7.061,50
Outros gastos	133.318,46		133.318,46	67.446,44		67.446,44
Total	162.107,14	0,00	162.107,14	88.384,54	0,00	88.384,54

Descrição	31-12-2015			31-12-2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Diferimentos						
Rendimentos a reconhecer						
Subsídios	14.204,15		14.204,15	124.224,15		124.224,15
Rendas a receber	1.599,24		1.599,24	1.436,35		1.436,35
Outros rendimentos	80.187,08		80.187,08	79.096,47		79.096,47
Total	95.990,47	0,00	95.990,47	204.756,97	0,00	204.756,97

d) Outros instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de outros instrumentos financeiros apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2015			30-12-2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros instrumentos financeiros						
Ativos						
Instrumentos financeiros detidos para negociação	786.461,29		786.461,29	61.898,98		61.898,98
Total	786.461,29	.0,00	786.461,29	61.898,98	.0,00	61.898,98

e) Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de fundos patrimoniais apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Fundos Patrimoniais		
Reservas legais	527.656,06	524.888,34
Outras reservas	2.588.152,40	2.535.565,75
Resultados transitados	15.729.173,27	15.439.203,15
Ajustamentos em ativos financeiros	86.745,81	86.745,81
Outras variações nos fundos patrimoniais	24.231,67	28.630,00
Resultado líquido do período	145.536,22	340.304,71
Total	19.101.495,43	18.955.337,76

Quanto à variação ocorrida nos resultados transitados detalha-se como segue:

Descrição	31-12-2015
Detalhe das variações de resultados transitados	
Saldo inicial	15.439.203,15
Transferência do resultado líquido	340.304,71
Transferência para reservas	-55.354,37
Regularizações extraordinárias	5.019,78
Total	15.729.173,27

12 - IMPARIDADE DE ATIVOS

12.1 - Imparidades para dívidas de clientes

No exercício de 2015 as imparidades para clientes tiveram o seguinte movimento:

Classe do ativo	Saldo Inicial	Aumentos	Utilização/ anulações/ reversões	Transferências	Saldo Final
Clientes	81.156,55	12.824,00	13.553,76	840,00	79.586,79
Total	81.156,55	12.824,00	13.553,76	840,00	79.586,79

O seu efeito no resultado global dos exercícios 2015 e 2014 foi o que consta do quadro seguinte:

Rubrica	31-12-2015	31-12-2014
Perdas por imparidade-clientes	12.824,00	18.775,23
Reversões e ajustamentos-clientes	13.553,76	5.065,00
Total	-729,76	13.710,23

13 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

13.1 - Serviços Externos

Os gastos com “Serviços Externos” no exercício de 2015 e 2014, estão detalhados no quadro seguinte:

Rubricas	31-12-2015	31-12-2014
Serviços especializados	1.470.919,98	1.362.977,75
Materiais	110.942,26	104.759,96
Energia e fluidos	115.874,19	110.210,49
Deslocações estadas e transportes	536.000,33	458.061,66
Serviços diversos	978.571,58	966.875,16
Serviços de promoção institucional	95.827,90	94.624,84
Total	3.308.136,24	3.097.509,86

13.2 - Os gastos com o pessoal, no exercício de 2015 e 2014, estão detalhados no quadro seguinte:

Rubricas	31-12-2015	31-12-2014
Remunerações do pessoal	1.721.023,24	1.651.488,47
Benefício pós emprego	1,92	0,12
Encargos sobre remunerações	359.566,50	343.742,64
Seguros acidentes de trabalho	12.753,92	16.274,64
Gastos de acção social	5.906,72	4.895,10
Outros gastos com pessoal	39.086,26	40.975,17
Total	2.138.338,56	2.057.376,14

Os órgãos sociais da OE não são remunerados.

13.3 - Os gastos acumulados na rubrica “outros gastos e perdas”, no exercício de 2015 e 2014, estão detalhados no quadro seguinte:

Rubricas	31-12-2015	31-12-2014
Impostos	16.320,10	14.216,39
Perdas em inventários	21,91	7.894,80
Gastos e perdas em subsidiárias	0,00	5.263,72
Gastos e perdas nos Investimentos não Financeiros	33,74	0,00
Outros	169.433,89	325.737,89
Total	185.809,64	353.112,80

13.4 - Os gastos acumulados na rubrica “Juros e gastos similares”, no exercício de 2015 e 2014, estão detalhados no quadro seguinte:

Rubricas	31-12-2015	31-12-2014
Juros suportados	70,48	70,83
Diferenças de câmbio	574,42	8,73
Total	644,90	79,56

13.5 - Número médio de pessoas ao serviço da entidade em 31 de dezembro de 2015

No exercício de 2015, o número médio de pessoas ao serviço da Ordem dos Engenheiros foi de 72.

14 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho Diretivo Nacional e autorizadas para emissão em 19 de abril de 2016.

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

O Conselho Diretivo Nacional entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da ORDEM DOS ENGENHEIROS, bem como a sua posição e desempenho financeiros e respetivos fluxos de caixa. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em euros.

Lisboa, 19 de abril de 2016

Técnico Oficial de Contas

Conselho Diretivo Nacional

Diretor Administrativo e Financeiro